Anexo

[a que se refere o n.º 2]

Minuta do contrato

Entre:

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, doravante designada por RAA, pessoa coletiva n.º 512 047 855, neste ato representada por [...], portador do cartão do cidadão n.º [...], válido até [...], na qualidade de [...], e por [...], portador do cartão de cidadão n.º [...], válido até [...], na qualidade de [...];

e

PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 7, 9900-062 Horta, pessoa coletiva n.º 512 077 843, neste ato devidamente representada por [...], portador do cartão de cidadão n.º [...], válido até [...], na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e por [...], portador do cartão de cidadão n.º [...], válido até [...], na qualidade de Vogal do Conselho de Administração.

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente contrato destina-se a regular a promoção pela Portos dos Açores, S.A. dos serviços de consultadoria, estudos e projetos relacionados com o desenvolvimento do porto da Praia da Vitória e do terminal de passageiros do porto de São Roque do Pico, assim como a cooperação entre as partes no âmbito dessa promoção.

Cláusula 2.^a

Obrigações da Portos dos Açores, S.A.

A Portos dos Açores, S.A., nos termos do presente contrato, obriga-se a:

- a) Promover todos os procedimentos necessários à formação do contrato com vista à realização dos estudos e projetos referidos na cláusula anterior, respeitando o que se encontrar disposto na legislação nacional e comunitária em matéria de mercados públicos, ambiente, concorrência e igualdade de oportunidades;
- b) Praticar todos os atos necessários à boa e pronta execução do presente contrato e dos contratos referidos na alínea anterior;
- c) Prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela RAA, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à execução do presente contrato.

Cláusula 3.^a

Comparticipação financeira

1- A RAA obriga-se a transferir para a Portos dos Açores, S.A., no período de 2019 a 2020, o montante de € 1.105.105,00 (um milhão, cento e cinco mil, cento e cinco euros), que se estima suficiente para cobrir os custos com os serviços de consultadoria, estudos

e projetos objeto do presente contrato, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, repartido da seguinte forma:

a) Ano 2019: € 770.780,00 (setecentos e setenta mil, setecentos e oitenta euros);

b) Ano 2020: € 334.325,00 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco euros).

2- No caso da Portos dos Açores, S.A., beneficiar de apoio suplementar de outras fontes de financiamento para a execução do objeto definido no presente contrato, o montante da comparticipação financeira a atribuir ao abrigo do presente contrato poderá ser proporcionalmente reduzido.

3- O montante da comparticipação financeira referido no número um, incluindo a respetiva repartição plurianual, poderá ser revisto mediante despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competência em matéria de finanças e dos transportes marítimos, quando se torne excessivo ou insuficiente para permitir a execução do objeto do presente contrato, sendo concretizado por aditamento ao presente contrato.

4- Caso a RAA entenda não ser necessário transferir a totalidade da verba prevista para um determinado ano, o valor remanescente não transita como montante em dívida para os anos subsequentes.

Cláusula 4.^a

Encargos

1- A comparticipação referida no n.º 1 da cláusula anterior será transferida nos termos que vierem a ser fixados por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competência nas áreas das finanças e dos transportes marítimos e será suportada pelas dotações do Capítulo 50, Programa 14 – Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas, Projeto 14.5 – Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários, Ações 14.5.2 e 14.5.5, CE 08.01.01.K.

2- O número do compromisso é [...].

Cláusula 5.^a

Fiscalização

1- A RAA pode acompanhar e fiscalizar o modo como a Portos dos Açores, S.A., executa o presente contrato.

2- O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito do presente contrato e a sua adequação aos fins propostos poderá ser exercido através de avaliações e auditorias especializadas a realizar pela RAA ou por quem esta designar para o efeito.

Cláusula 6.^a

Cessação de vigência

1- Salvo quando haja lugar a resolução pela RAA, ao abrigo da cláusula seguinte, o presente contrato cessa a sua vigência a 31 de dezembro de 2020.

2- O presente contrato poderá ser prorrogado mediante despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competência em matéria de finanças e dos transportes marítimos.

Cláusula 7.^a

Resolução do contrato

1- A RAA pode resolver o contrato quando a Portos dos Açores, S.A.:

a) Incumpra, de forma grave ou reiterada, ou se desvie dos objetivos previstos no presente contrato;

b) Incumpra de forma grave ou reiterada as obrigações decorrentes dos contratos que vier a celebrar nos termos da cláusula 2.^a;

c) Ceda a uma entidade terceira a sua posição nos contratos referidos na alínea anterior, sem o consentimento prévio da RAA;

d) Deixe de prestar a informação e os esclarecimentos previstos nas cláusulas 2.^a e 5.^a.

2- A resolução do contrato será comunicada à Portos dos Açores, S.A., por carta registada com aviso de receção e produzirá efeitos a partir da data da assinatura de tal aviso.

3- A resolução do contrato, ao abrigo dos números anteriores, não atribui à Portos dos Açores S.A., qualquer direito indemnizatório.

Cláusula 8.^a

Omissões

Os casos omissos no presente contrato serão objeto de acordo entre as partes.

Cláusula 9.^a

Disposições finais

O contrato é celebrado no interesse da RAA, estando, por isso, isento do imposto de selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

O presente contrato é celebrado em três exemplares originais, ficando dois na posse da RAA e outro na posse da Portos dos Açores, S.A.

[lugar da celebração], [data da celebração]

Pela Região Autónoma dos Açores,

[...]

Pela Portos dos Açores, S.A.,

[...]